

AFETO & VIOLÊNCIA

LUGARES DE SERVIDÃO E RESISTÊNCIA



NÚCLEO DE PESQUISA DIALÉTICA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

ORGANIZAÇÃO

Bader B. Sawaia
Renan Albuquerque
Flávia R. Busarello
Gláucia T. Purin



AFETO
VIOLÊNCIA &

LUGARES DE SERVIDÃO E RESISTÊNCIA

COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Alfredo González-Ruibal (Universidad Complutense de Madrid/Espanha)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Cristian Farias Martins (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Grazielle Açoilini (UFGD – Dourados/MS)
Heloisa Helena Corrêa (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo – São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

CONSELHO EDITORIAL DA OBRA

Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Leandro Infantini (UAlg – Portugal)
Patrícia Bayod Donatti (LAP/UNICAMP – Campinas)
Patrícia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Rita Juliana Poloni (UFPEL – Pelotas/RS)

Bader B. Sawaia
Renan Albuquerque
Flávia R. Busarello
Gláucia T. Purin
organizadores

AFETO & VIOLÊNCIA

LUGARES DE SERVIDÃO E RESISTÊNCIA



ALEXA
Embu das Artes - SP
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski

Domingos Sávio Nunes de Lima

Edleno Silva de Moura

Elizabeth Ferreira Cartaxo

Spartaco Astolfi Filho

Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles

Antônio Cattani UFRGS

Alfredo Bosi USP

Arminda Mourão Botelho Ufam

Spartacus Astolfi Ufam

Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra

Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3

Cesar Barreira UFC

Conceição Almeida UFRN

Edgard de Assis Carvalho PUC/SP

Gabriel Conh USP

Gerusa Ferreira PUC/SP

José Vicente Tavares UFRGS

José Paulo Netto UFRJ

Paulo Emílio FGV/RJ

Élide Rugai Bastos Unicamp

Renan Freitas Pinto Ufam

Renato Ortiz Unicamp

Rosa Ester Rossini USP

Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor

Jacob Moysés Cohen

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Direitos autorais e democratização científica

Este livro acompanha princípios do sistema *Open Access Science*, “Acesso Livre de Ciência” (ou “Acesso Aberto”), que atualmente entende a necessidade de disponibilização e compartilhamento livre de cópias gratuitas, também online, de textos científicos revistos por pares (*peer-reviewed*), bem como comunicações em conferências, livros-coletâneas, livros de autoria solo ou em grupo, bem como relatórios técnicos, teses e documentos de trabalho.

De modo que aumentar a visibilidade e o impacto de investigações desenvolvidas por meio de uma maior acessibilidade, a partir de pressupostos do sistema OAS, é interesse óbvio das universidades aqui implicadas, PUC-SP e Ufam, das suas respectivas unidades orgânicas (centros de investigação), PEPGPSICSO e PP-GCCom/FIC, bem como de docentes e discentes individualmente aqui participantes.

Portanto, investigadores/as que publicam seus resultados no livro *Afeto & Violência* entendem e aceitam a permissão para que demais cientistas desenvolvam novas pesquisas a partir de suas bases de dados, com a devida citação da fonte. Autoras e autores integrantes do *Afeto & Violência* reafirmam que o corpus da literatura científica em acesso aberto não implica em custos ou compensações financeiras de qualquer espécie, tanto porque o saber democratizado é condição necessária a um sistema de comunicação científica que promova eficiência e progresso social e tecnológico.

© by Alexa Cultural

Direção

Yuri Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Michel Justamend e Renan Albuquerque

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A319t ALBUQUERQUE, R.
B976f BUSSARELLO, F. R.
S271b - SAWAIA, B. B.
P375G - PURIN, Gláucia T.

Afeto & violência: lugares de servidão e resistência, Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque, Flávia R. Busarello e Gláucia T. Purin (orgs.), Alexa Cultural: Embu das Artes/SP, EDUA: Manaus, AM, 2020

14x21cm - 340 páginas

ISBN - 978-65-87643-45-8

1. Antropologia - 2. Psicologia Social - 3. Sociologia - 4. Comportamento - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Psicologia Social
Sociologia
Antropologia

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores.

ALEXA

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexax@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com



Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n.
6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência - Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Sumário

Prefácio

Gabriel Feltran

- 11 -

Apresentação

Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque, Flávia R. Busarello e Gláucia T. Purin

- 23 -

Prólogo - A dimensão ético-ontológica da violência

Bader Sawaia

- 33 -

BLOCO I

A VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Afetividade, emoções e violências no trabalho

Margarida Barreto

- 45 -

A dimensão política da não violência

José Carlos de Oliveira

- 57 -

A pesquisa ação-participante como um enfrentamento a violência na(s) cidade(s)

Flávia R. Busarello e Juliana Berezoschi

- 71 -

Juventude negra: acolher, fortalecer e (re)existir

Marcos Antonio Batista da Silva

- 89 -

Traços de alegria – um afeto que veste as moradoras de
rua em São Paulo
Livia Maria C. dos Santos
- 109 -

BLOCO II

A DESIGUALDADE SOCIAL DA VIOLÊNCIA NO CONTEXTO BRASI-
LEIRO E LATINO-AMERICANO: AFETAÇÕES
DOLOROSAS E RESISTÊNCIA

As memórias da ditadura: o que pode a gestão do sofrimento?
Silvia Queiroz e Edson Teles
- 133 -

Lo ético-político y el daño psicosocial en las luchas comunitarias
María Andrea Araya Carvajal, Helga Arroyo Araya, Dylana Rodríguez Muñoz
- 147 -

Em busca de respostas para a pergunta de Daniel: reflexões sobre
a política de extermínio de jovens negros periféricos no Brasil a
partir da psicologia sócio-histórica
Aline M. Veloso e Cinara Brito de Oliveira
- 169 -

Reflexões sobre a dimensão ético-política da memória coletiva e
da violência de Estado no Brasil
Naiara R. Vicente de Matos
- 187 -

Um estudo sobre os afetos e a arte na arena do slam
Laís Biasoli Moler
- 205 -

A experiência de viver em bairro pobre da periferia de São Paulo:
uma análise centrada nos sentidos de
lazer e diversão de adolescentes
Bader B. Sawaia e Tainá Millainy Lima Pesqueira
- 219 -

Vivência, direito e necessidade: um estudo sobre a dimensão psicossocial no processo de regularização fundiária de uma favela em São Paulo

Diana Jaqueira Fernandes

- 239 -

BLOCO III
EM BUSCA DA PRÁXIS NO DIÁLOGO COM
A ARTE, JUSTIÇA E EDUCAÇÃO

Imbricações entre a violência estrutural e a de Estado: a forma de (re)existir dos sujeitos compreendidas a partir das narrativas dos moradores da região central da cidade de Santos/SP

Nathalia Franco Macedo e Raiane Patrícia Severino Assumpção

- 257 -

Servidão como violência dentro dos muros da educação

Elisa H. Musha e Kelly Cristina Fernandes

- 269 -

Obstáculos psicossociais para o manejo sustentável na Amazônia

Renan Albuquerque, Bader B. Sawaia e Flávia R. Busarello

- 281 -

Violências e afetos vividos pelos estudantes do Movimento Secundarista autônomo de São Paulo entre 2015 e 2018

Gláucia Tais Purin e Bader B. Sawaia

- 311 -

SOBRE AUTORAS E AUTORES

- 331 -

Juventude negra: acolher, fortalecer e (re)existir

Marcos Antonio Batista da Silva

Introdução

O foco principal deste artigo é a juventude, em especial a juventude negra. Ao se inserir no universo dos estudos das relações raciais e situar o assunto no campo da Psicologia Social no Brasil é possível apreender que essa temática se integra há muito tempo o campo de estudos da Psicologia no Brasil — final do século XIX e início do XX (Escola Nina Rodrigues). Os trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues [...] possibilitaram a formulação de um modelo psicofísico de explicação sobre as deficiências do negro brasileiro e sobre as consequências sociais da manutenção do convívio com essa raça” (SANTOS et al., 2012, p. 169). O período entre 1930 e 1950 foi marcado pela introdução da Psicologia no ensino superior e pelo debate sobre a construção sociocultural das diferenças e da desconstrução do determinismo biológico de raças.

Na década de 1990 é retomada a discussão de maneira crítica sobre o legado social do “branqueamento” e de seus efeitos psicológicos sobre a identidade racial da população negra (SANTOS et al, 2012). Nos anos 2000 identifica-se uma produção que dá ênfase à violência psicológica do preconceito e do racismo, ao monitoramento dos efeitos das políticas e dos programas de promoção de equidades étnico-raciais, bem como a estudos sobre desigualdades de gênero, raça, idade e classe. Nas palavras de Sawaia (2003), “o sofrimento ético-político é gerado por práticas econômicas, políticas e sociais que variam de acordo com as variáveis dominantes (uma ou mais de uma) no processo de exclusão social: raça, gênero, idade e classe” (p. 56).

Observa-se que a Psicologia passa a focalizar “o negro” não mais como objeto da ciência, mais sim como agente produtor de sua história (SCHUCMAN e MARTINS, 2017). Nesta direção é

importante destacar a contribuição de Frantz Fanon, embora a formação do autor seja psiquiatria. Fanon (2008) estabeleceu um interessante diálogo com a Psicologia. Em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) discutiu sobre as consequências psicológicas da colonização e dos processos de descolonização. A obra “é um importante instrumento de combate útil nos desdobramentos contemporâneos que a luta antirracista assume” (KAWAHALA e VIVAR, 2010).

Para Fanon (2008), “o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir” (p. 95). É importante destacar que a Psicologia está cada vez mais comprometida com o combate ao racismo e visando uma formação antirracista (CARONE e BENTO, 2002; LEMOS et al., 2017; MARTINS et al., 2013).

Refletir sobre a produção e sustentação de desigualdades sociais, principalmente em se tratando da violência à qual a juventude negra está exposta, constitui um compromisso ético e político. Merecem destaque também trabalhos realizados no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São produções que buscaram compreender eixos de desigualdades de raça no contexto da educação brasileira, os quais permitem sustentar perspectiva de análise crítica e política para o campo de estudos das relações étnico-raciais na sociedade brasileira (Negri)¹. Neste contexto cita-se como exemplo o trabalho de Silva e Sawaia (2018), que discutiu sobre a influência familiar e a mobilidade educacional de alunos negros, homens e mulheres de pós-graduação no Brasil.

O estímulo ao acesso à educação superior (graduação e pós-graduação) é estratégia, não a única, de combate ao racismo e à desigualdade racial brasileira em três dimensões: na vida privada, oferecendo “ascensão social”, a si e aos seus descendentes; no plano dos direitos humanos e civis, ao legitimar o negro como produtor de conhecimento; no plano dos movimentos

1 O Negri (Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade) foi vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da PUC-SP por mais de duas décadas. Encerrou suas atividades no âmbito da instituição no ano de 2014, em virtude do falecimento de sua coordenadora, professora Fúlvia Rosemberg, uma pesquisadora feminista e militante dos direitos das crianças e dos bebês e da garantia dos direitos e das oportunidades na educação superior para a população negra.

sociais legitimando sua voz, jurídica e socialmente. Todas elas resultando em pressões às mudanças sócio-estruturais (SILVA e SAWAIA, 2018, p. 19).

Este trabalho nos inspirou a dialogar com três dimensões da exclusão social: objetiva, referente à desigualdade social; ética, referente às injustiças sociais; subjetiva, referente ao sofrimento ético-político produzido pela exclusão social (SAWAIA, 2013). Para Sawaia (2009), “todos temos o firme propósito de assegurar a presença da Psicologia Social na análise das questões sociais como um saber militante em nossas atuações em comunidade” (p. 365). A autora tem se debruçado sobre questões teóricas e empíricas, pautadas na dialética inclusão-exclusão social, a partir de uma perspectiva científico-acadêmica comprometida com a transformação social, marcando um avanço para os múltiplos diálogos na área da Psicologia Social (SAWAIA, ALBUQUERQUE e BUSARELLO, 2018).

Juventude: alguns aspectos fundamentais

Nosso sujeito em questão é o jovem. Vygotsky (1996) buscou compreendê-lo a partir de alguns aspectos fundamentais, sua inserção em um modelo global de sociedade e suas ideologias, isto é, na sua cultura, que também faz parte de sua constituição psicossocial. Dois fatores apontados pelo autor capacitam o jovem a sentir-se membro de sua classe social e dela participar: a vivência na sua comunidade, comungando de atividades e interesses, e o uso de conceitos que permitem conhecer essas atividades e interesses. Partilhando a ideologia de seu grupo, esses conceitos se desenvolvem dentro de uma determinada ideologia social. Vygotsky (1996) aponta para o pensamento do jovem como muito mais flexível do que na infância, com possibilidade de ser dialético. Mas nem sempre os contextos nos quais esse jovem se insere contribuem para o desenvolvimento do pensamento dialético, questionador, transformador.

Para Abramo (1994)

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona

a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável (p.1).

Abramo (2005) entende que é fundamental considerar, ao se pensarem as idades, as relações entre as dimensões culturais e biológicas, pois se há características universais dadas pelas transformações biológicas que acontecem numa determinada fase, a forma como cada sociedade e, no seu interior, cada grupo social representa essas transformações é muito diversificada. Para Dayrell (2003), construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica em considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante de acordo com as vivências dos sujeitos no seu contexto social. Entende-se que os jovens constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa uma única maneira de ser jovem.

Gomes e Laborne (2018), ao discutirem e analisarem um tempo-espaco de ciclo crucial para a continuidade da nossa vida em sociedade, a juventude, assinalam que “[...] violar o direito à vida da nossa juventude é condenar o nosso futuro à pena de morte” (p. 2). Dentre o grande leque de abordagens sobre o direito à vida da juventude brasileira, Gomes e Laborne (2018) tomam como foco de análise interrelações entre juventude e raça, e perguntam sobre a relação entre a garantia de direito à vida e a juventude negra. Questionam: “Como esse direito tem sido afetado pelo racismo? Será que a vida dos nossos jovens negros ao invés de ser garantida está sendo, na realidade, criminalizada? Há um extermínio da vida dessa juventude?” (IB., op. cit.). Nessa direção, indagam também sobre a preocupação da educação sobre tais questões (GOMES e LABORNE, 2018).

Souza Neto (2016), ao refletirem sobre a persistência de uma política de genocídio ancorada a políticas públicas e ao sistema de garantia de direitos voltado à criança e ao adolescente, assinalam que “se de um lado os direitos são resultado das lutas dos movimentos das camadas populares do negro [...] e da juventude [...], por outro lado, o mercado, os grupos dominantes e o próprio governo apropriam-se desses direitos a seu favor e em detrimento da população que deles necessita” (p. 122). Entende-se que essa

realidade se apresenta quando se analisam dados referentes à situação da população negra, em particular, de crianças, adolescentes e jovens (IPEA, 2019). “O racismo e o preconceito contra negros e afrodescendentes são orgânicos na realidade brasileira, impregnam toda a produção de certo conhecimento” (SOUZA NETO, 2016, p. 129).

Gomes e Laborne (2018), na esteira de Guerreiro Ramos (1957), frisa que o autor já nos alertava que o “problema do negro brasileiro” seria, na verdade, uma “patologia do branco”, e chamava atenção para elementos da branquitude que vão embasar o trato da questão racial no Brasil. Ramos (1957) se pronunciou diversas vezes defendendo o caráter indefinível não apenas das pessoas em geral, mas do próprio negro, como ser dinâmico e indecifrável. Esse é o sentido, por exemplo, de passagens como a seguinte, do ensaio *Patologia social do branco brasileiro* (1957), em que o autor distingue entre as categorias negro-vida e negro-tema.

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos (...). Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira (GUERREIRO RAMOS, 1957, p. 171).

Gomes e Laborne (2018) assinalam que “o racismo é estruturante dos padrões capitalistas de apropriação/expropriação do trabalho, da terra e do conhecimento. E precisa ser superado. Ele se dá nas relações pessoais, nas instituições, está arraigado em nosso imaginário, práticas e nas estruturas sociais” (p. 2). Compartilha-se das reflexões dos autores no sentido de que enfrentamentos têm acontecido no universo da cultura, da música, da arte, e da educação antirracista.

Juventude negra, dimensões do racismo e da violência

Adota-se uma concepção de racismo que integra dimensões estruturais e simbólicas para a compreensão da produção e reprodução das desigualdades sociais (ESSED, 1991; GUIMARÃES, 2005). A discussão sobre o racismo institucional permite melhor percepção acerca de mecanismos de produção e reprodução das

desigualdades étnico-raciais. Para sua desconstrução, é necessária à implementação de políticas públicas, bem como seu monitoramento e avaliação (SILVA, 2017).

Estudamos, pois, o jovem negro e a diversidade sociocultural que o envolve. Há de se considerar, no entanto, a importância da educação no processo de formação da juventude, bem como a sua prática. No que se refere a educação de jovens nas sociedades contemporâneas, compreende-se que, quanto mais se articula o conhecimento frente ao mundo, mais jovens estudantes se sentirão desafiados a buscar respostas, e, conseqüentemente, quanto mais incitados, mais serão levados a um estado de consciência crítica e transformadora frente à realidade (LEMONS et al., 2017; TAKEITI e VICENTIN, 2019). Essa relação dialética é cada vez mais assimilada na medida em que educadores e estudantes se fazem sujeitos do seu processo.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e **afetivas** favoráveis para o ensino e para aprendizagens (BRASIL, 2004, p. 13, grifo do autor).

Vygotsky (1991) assinala que pensamentos são gerados por motivação, por desejos e necessidades, interesses e emoções. Assim, para entender o processo de aprendizagem de estudantes é necessário que se entenda a base afetiva construída a partir do entorno em que se vive. Alunos negros, em qualquer parte do mundo sofrem diversas situações de “humilhação”, tanto por colegas, como algumas vezes pelo próprio professor. Piadas e apelidos racistas são vistos como “brincadeiras” e ou apelidos “carinhosos” que reforçam o preconceito e o racismo (CAVALLEIRO, 2000).

Vygotsky (2001) frisa que a emoção é a reação reflexa de certos estímulos que são mediados a partir do meio sociocultural. “As emoções influenciam e diversificam o comportamento, portanto, quando as palavras são ditas com sentimentos agem sobre o indivíduo de forma diferente de quando isto não acontece” (EMILIANO e TOMÁS, 2015, p. 64).

E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme prá clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta [...], a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato da gente ser preta (GONZALES, 1984, p. 234).

O racismo não é uma questão de afeto. Nas palavras de Gonzales (1984), “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica” (p. 228). A autora cita como exemplo, de maneira especial sobre a mulher negra.

A única colher de chá que dá prá gente e quando fala da “figura boa da ama negra” de Gilberto Freyre, da “mãe preta”, da “bá”, que “cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura” (p. 343). Nessa hora a gente é vista como figura boa e vira gente. Mas aí ele começa a discutir sobre a diferença entre escravo (coisa) e negro (gente) prá chegar, de novo, a uma conclusão pessimista sobre ambos. (...). O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. (...) A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (GONZALES, 1984, p. 235).

Para Almeida (2019, p. 32), “o racismo é uma forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminaram em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. O racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. “O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que per-

tençam a um determinado grupo racializado, e que pode resultar em práticas discriminatórias” (p. 32). Por sua vez, “a discriminação é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (IB.).

Nas palavras de Almeida (2019, p. 36), nos debates sobre a questão racial podem-se encontrar variadas definições de racismo e partindo dos seguintes critérios: relação entre racismo e subjetividade, relação entre racismo e Estado, relação entre racismo e economia. Ainda segundo o autor, o racismo, na concepção individualista, seria um “fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados, ou ainda seria um mecanismo uma ‘irracionalidade’ a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação da lei” (Almeida, 2019, p. 36). “A concepção individualista pode não admitir a existência de ‘racismo’, mas somente de preconceito, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política” (ID., op. cit.).

A concepção de racismo institucional, para Almeida (2019, pp. 37-38), não se resume a comportamentos individuais, “mas é tratada como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça”. Contudo, continua, “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Vários autores têm se debruçado sobre os temas racismo e violência, bem como na interface com a juventude negra, a educação e as desigualdades sociais (ALVES, 2011; GOMES e LABORNE, 2018; SOUZA NETO, 2016). Nessa direção, gostaria de abordar rapidamente um pouco das dimensões de racismo e violência na sociedade brasileira. Gomes e Laborne (2018) compreendem a violência como “fenômeno multicausal” e discutem “o racismo como a macrocausa dessa situação, fruto da ideia de raça que se construiu desde os tempos coloniais no Brasil” (p. 1). Nas sociedades contemporâneas, o racismo institucional e as desigualdades sociais afetam diretamente trajetórias e oportunidades na vida de

jovens, sobretudo de grupos de jovens racializados (negros, indígenas, população Roma²), em particular no âmbito da violência.

O extermínio da juventude negra está envolto em uma causa perversa que permeia todas as outras aqui discutidas, a saber, o racismo que persiste em nossa sociedade desde os tempos coloniais. Essa perversidade se esconde na sua suposta invisibilidade, visto que, uma das artimanhas do racismo, no Brasil, é se esconder. Ora ele se esconde atrás da questão de classe, ora do Estado, ora da vulnerabilidade, ora da pobreza (GOMES e LABORNE, 2018, p. 12).

Gomes e Laborne (2018, p. 22) questionam: “Quais são as perspectivas políticas de libertação da juventude negra desse racismo estrutural, estruturante e exterminador?”. Para as autoras, essas perspectivas vêm da própria juventude negra.

Há um movimento novo no cenário protagonizado por esses jovens. A raça, usada e vista como fonte de extermínio pela sociedade, é por eles transformada e ressignificada como símbolo de afirmação, de luta e emancipação. Os cabelos crespos, as religiões de matriz africana, o mundo da cultura, da música, a entrada na universidade via cotas, o empreendedorismo negro e juvenil principalmente no mundo da comunicação e do design, são alguns dos espaços que têm sido tomados, hoje, pelos jovens negros e negras. Em todos esses espaços eles levam a denúncia: **Parem de nos matar** (GOMES e LABORNE, 2018, p. 22, grifo do autor).

Juventude, Sociedades Contemporâneas e Educação

Paulo Freire (1997) enfatiza que uma nova educação só poderá ser possível com uma profunda mudança da sociedade, da política, da ética, do cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. O tema juventude e educação apresenta-se na agenda das principais universidades e centros de pesquisa, que procuram responder a questionamentos e desafios emergentes de um mundo em transformação. Essa temática tem sido bastante discutida nas socieda-

2 Desde a década de 1970 tem havido uma crescente rejeição da palavra “cigano” como categoria para referir-se à população Roma ao ser considerada uma categoria de denominação externa, fruto do sistema de dominação racista (MAESO, 2019, p. 2039). Neste texto optei por utilizar a categoria Roma, na esteira de MAESO (2019).

des contemporâneas das últimas décadas, ampliando sua visibilidade e relevância (TAKEITI e VICENTIN, 2019; SPOSITO, SOUZA e SILVA, 2018; ROLDÃO, 2015).

Compreende-se que o racismo atravessa o sistema educacional por meio de práticas, discursos e ideologias. O processo de definição do que é saber e do que é conhecimento científico (e de quem é de fato o sujeito do conhecimento), na modernidade, é produzido a partir de uma branquidade que tem estabelecido padrões culturais e sociais em perspectiva civilizatória de sociedade. A branquidade, como expressão social e cultural hegemônica, no mundo ocidental, conforma traços de identidades de brancos e negros, igualmente. Para brancos, a branquidade incorpora traços de racismo, mesmo quando não conscientes, não manifestos ou reprimidos parecem ser esses traços. Para negros apresenta-se como uma barreira para a construção de uma identidade racial positiva: a negritude.

O espaço educacional em sociedades contemporâneas, com raras exceções, continua a ser um lugar de preservação de hierarquias raciais (CARONE e BENTO, 2002). A educação, em contextos como o da América Latina e mesmo na Europa, tem sido considerada historicamente como esfera crucial na luta antirracista, e a universidade cada vez mais tem sido espaço de resistência possibilitado e alimentado por conflitos e disputas que vão produzindo entendimentos de raça e antirracismo. Assim, consideramos fundamental refletir acerca dos marcos conceituais, discursos e práticas que vem sustentando ações do Estado e dos movimentos sociais em relação às políticas educacionais voltadas à inclusão de grupos racializados: negros, indígenas, e população Roma (ARAÚJO e MAESO, 2016; PEREIRA, 2019).

As práticas educacionais, como a construção do currículo, têm procurado desafiar o paradigma eurocêntrico através das diferenças representadas pelas experiências históricas de negros, indígenas e população Roma? No Brasil, no campo educacional, por exemplo, de um lado, políticas públicas foram implementadas visando ampliar o acesso da população negra e indígena às universidades (Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Políticas de ação afirmativa), tendo como desdobramentos o surgimento de coletivos negros, muitos criados a partir da in-

visibilidade da temática racial no currículo do ensino acadêmico, seja como disciplina ou transversal na grade curricular. De outro, o Brasil perpassa por dificuldades e desafios postos para a garantia e legitimidade de direitos educacionais e sociais, muitas vezes (des)legitimados por ausências de governos em cumprir políticas educacionais.

No Peru, a população afro-peruana tem buscado articular com o Estado ações a favor de seus direitos. De um lado, cita-se como exemplo o Plano Nacional de Desenvolvimento da População Afro-Peruana (2016-2020) e as estratégias que buscam visibilidade e contribuições culturais à promoção da participação política. Ressalta-se também o Censo Demográfico de 2017, no Peru, com categoria étnico-racial, além de outras ações, como a validação de Projeto de Lei contra o racismo e a discriminação racial, elaborado pelo Ministério da Cultura³, bem como iniciativas de combate à violência de gênero. No que se refere à juventude, em particular, estudos revelam que a taxa de acesso ao ensino superior de jovens afro-peruanos está em desvantagem em relação à média nacional (INEI, 2018). Com raras iniciativas de universidades particulares no Peru, a temática afro-peruana não consta em matrizes curriculares, em especial de universidades públicas, como sugere a pesquisa em desenvolvimento do projeto *Politics*⁴.

Em Portugal, nos últimos anos tenho participado de estudos sobre a temática das relações raciais, em particular da população negra na América Latina (Brasil e Peru) no contexto educacional no âmbito do *Politics*, que tem proporcionado aprofundar o conhecimento e o debate sobre o antirracismo em contextos europeus e latino-americanos. O estudo analisa como o racismo, enquanto sistema de opressão enraizado historicamente, está sendo desafiado por instituições e movimentos de base. Outro contexto que tenho participado consiste em realizar oficinas no âmbito do programa CES Vai à Escola⁵. A atividade visa contribuir para a divulgação de conhecimento nas áreas das Ciências Sociais e Humanidades, através da partilha de pesquisas acadêmicas e da promoção de debates, com jovens estudantes de instituições escolares portuguesas.

3 <https://www.gob.pe/institucion/cultura/noticias/24390-aprueban-proyecto-de-ley-para-prevenccion-eliminacion-y-sancion-del-racismo-y-la-discriminacion-racial>.

4 *Politics* - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas (ERC-2016-COG-725402).<https://politics.ces.uc.pt/>.

5 <https://www.ces.uc.pt/extensao/cesvaiaescola/>

As oficinas objetivam discutir sobre o imaginário e as representações sociais que os jovens fazem de diferentes profissões, além da inserção e/ou permanência na universidade, influenciam na escolha vocacional/profissional. Assim perguntamos: as escolas são lugares onde é possível aprender a planejar a vida e o futuro? É importante conversar sobre processos que envolvem a “escolha” de uma profissão? De um lado, há elementos de ordem subjetiva. De outro, questões objetivas que dificultam o processo, como a falta de oportunidades de acesso a cursos e profissões (SOUZA, 2014).

Como os estudantes imaginam o espaço universitário? Responder tais questões e equacioná-las, no entanto, não é tarefa fácil, sobretudo se tal desafio se realiza sem que jovens tenham espaços mediadores capazes de auxiliá-los na reflexão sobre desejos e visões de mundo e, ao mesmo tempo, de informá-los sobre o contexto social em que estão vivendo. Propomos discutir sobre o imaginário e as representações sociais que os jovens fazem de diferentes profissões; o curso e a profissão escolhida; a inserção e/ou permanência na universidade. “A Psicologia e outras áreas da ciência têm se dedicado ao estudo da adolescência, buscando avaliar a qualificação dos trabalhos profissionais com estes jovens e a compreensão dos ‘problemas’ sociais envolvendo a juventude” (BOCK, 2007, p. 64).

Nas sociedades contemporâneas entende-se que o racismo institucional afeta diretamente as trajetórias e oportunidades na vida, sobretudo de grupos de jovens racializados: negros, indígenas, população Roma. Para Almeida (2018), instituições estabelecem e regulamentam normas e padrões que devem conduzir práticas de sujeitos, conformando comportamentos, modos de pensar, concepções e preferências. Com base nessa ideia, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre grupos que desejam admitir o domínio da instituição (ALMEIDA, 2018, p. 30). Como instituições se relacionam com a presença de pessoas racializadas em diferentes posições e esferas de poder e influência? Quais esferas e trabalhos onde é provável ter pessoas racializadas? Ressalta-se que, nas oficinas realizadas, não observei a presença de alunos “negros” ou afrodescendentes.

Vale dizer que em Portugal não é realizada a recolha de dados estatísticos com base na raça, etnia ou cor de pele. Por isso o olhar do pesquisador recaiu sobre a heteroclassificação (atribuição de uma categoria étnico-racial a alguém, escolhida por outra pessoa). As discussões nas oficinas foram realizadas com estudantes brancos, o que implicou em uma discussão “limitada”. Ocorreu um silenciamento sobre a questão do racismo. Araújo e Maeso (2013) assinalam que:

[...] nos discursos políticos e no contexto educativo português, o racial se insere num jogo de in/visibilidades, sendo considerado como resultante da presença do “outro” da colónia e, logo, naturalmente irrelevante para a formação do espaço nacional-metropolitano e, de modo geral, para a formação da noção de “Europeidade”. [...] o racismo é interpretado como algo que sucede aos outros – etnoracialmente marcados – mas que não diz respeito ao que “nós” somos, um “nós” que, aliás, nunca é questionado (p. 145).

Por sua vez, Roldão (2015), ao investigar perfis e processos subjacentes a trajetórias escolares bem-sucedidas de jovens de classes populares e descendentes de africanos em Portugal, como forma de contribuição para o entendimento das desigualdades sociais perante a escola, observou que, “do ponto de vista do debate das desigualdades, saem realçados os desafios de fundo da exclusão económica; as desigualdades nas condições de “continuidade cultural” de partida” (ROLDÃO, 2015, p. 3).

Finalizando: o olhar e os caminhos para a juventude

Apreende-se que não existe uma maneira única de ser jovem. Cada um constrói, à sua maneira, um modo de ser, de agir, de confabular e de fazer sua história, dentro de uma circunstância dada. As desigualdades sociais, o racismo e a violência, repercutem na vida e na formação do jovem. Essa realidade provoca o poder público, o Estado, a escola, a família e as sociedades contemporâneas a discutirem o mundo do trabalho, a capacitação profissional, da segurança, o combate à violência para com os jovens. “A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenómeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980 [...] Em

2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil” (IPEA, 2019). Há a necessidade de políticas públicas voltadas à população juvenil. Compreendem não apenas a formulação e implementação de políticas de inserção, como também de programas de lazer e cultura — há ausência de espaços culturais para jovens nas periferias, capacitação profissional e oferta de oportunidades para o exercício da cidadania e um projeto de vida adulta.

Numa sociedade marcada pela transitoriedade, repleta de sinais confusos, propensa a mudar com rapidez e de forma imprevisível, a escola, a família, o Estado e as demais instituições devem proteger os jovens, bem como cuidar da formação ético-social e profissional deles para que possam modificar suas biografias e das gerações futuras. É importante que necessidades da infância e juventude sejam contempladas com políticas públicas, de maneira específica e positiva, focada na promoção do desenvolvimento integral da pessoa.

Que o apoio para a infância e juventude seja complementado por investimentos em creche, educação, cuidados de saúde, proteção, cultura e lazer, bem como segurança, em especial para jovens negros e indígenas. Que dados e informações sejam coletados para identificar grupos vulneráveis de jovens em todas as regiões e as iniquidades que os afetam, para direcionar investimentos com vistas à garantia de direitos e oportunidades. Que os jovens sejam ouvidos nos processos de tomada de decisão como condição essencial para se alcançar a equidade. Que as escolas aproveitem a etapa de aprendizado dos estudantes e contribuam para que eles adquiram competências, habilidades e conhecimentos necessários para desenvolver todo o seu potencial, por assim dizer, promovendo uma educação de qualidade.

Que um esforço conjunto, contando com projetos integrados, seja feito para acabar com a violência que atinge em particular jovens negros, indígenas, nas sociedades contemporâneas. O que haveria de comum entre jovens? O que os diferencia? O que têm em comum jovens que vivem em espaços sociais economicamente valorizados da cidade e jovens que moram nas favelas e periferias? Jovens racializados de diversos gêneros, classes sociais e idades semelhantes? Estamos diante de uma mesma geração quando sujeitos, em alguma medida, vivenciam espaços-tempos comuns de

sensibilidades, afetos, saberes, memórias, experiências históricas e culturais. Diante do agravamento das condições de vida de parte ampla da população jovem brasileira – em especial os setores mais vulneráveis: jovens indígenas, jovens negros e moradores de periferias e favelas – incide diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e das incertezas quanto à vida futura (e presente até, porque estão muito mais expostos).

Temos visto que sobre eles tenham recaído as principais ações de controle social tutelar e repressivo e violento. Nesse processo, muitos jovens vêm pagando o preço de políticas econômicas que os excluem das possibilidades de participar de maneira produtiva e cidadã à sociedade. Um dos grandes desafios democráticos se relaciona com as encruzilhadas que podem ser percorridas para que a participação social se torne objetivo e meta realizável em uma sociedade onde tantos se encontram em processo de exclusão econômica e marginalização social. A ampliação de conhecimentos sobre as diferentes realidades juvenis, necessidades insatisfeitas, motivações e subjetividades em curso, especialmente àquelas relacionadas com os jovens pobres, negros e indígenas, que mais dificuldades enfrentam para realizar escolhas alternativas e projetos autônomos, é condição necessária para a definição de políticas públicas sintonizadas com sujeitos e realidades que se quer transformar.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Cenas juvenis. São Paulo: Scritta, 1994. p.172.

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virginia (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa. p. 19-39.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Polém, 2019.p.264.

ARAUJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, “Portugal” e (pós-) colonialismo. Educ. rev., Curitiba, n. 47, p. 145-171, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=s>

ci_arttext&pid=S0104-40602013000100010&lng=pt&nrm=iso>.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia Rodríguez. Os Contornos do Eurocentrismo: raça, história e textos políticos. Coimbra: Edições Almedina, 2016. p.385.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, jun. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100007&lng=en&nrm=iso>.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004. p.37. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488171>.

CAVALLEIRO Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, Preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000. p.122.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.189.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso>.

EMILIANO, Joyce Monteiro; TOMÁS, Débora Nogueira. Vigotski: a relação entre afetividade, desenvolvimento e aprendizagem e suas implicações na prática docente. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro*, v. 2, n. 1, p. 59-72. 2015. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200306.pdf>>.

ESSED, Philomena. *Understanding everyday racism: interdisciplinary theory*. Londres: Sage, 1991. p.320.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008. p.230.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pe-

dagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, e197406, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso>.

GONZALES, Lélia (Org.). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Ciências Sociais Hoje, Anpocs, São Paulo, p. 233-244, 1984. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6-FU6YunpJYbW-ZydGNFUG5PLUE/view>>.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2005. p.256.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA E INFORMATICA - INEI. Censos Nacionales 2017: XII de Población, VII de Vivienda y III de Comunidades.2018. Disponível em: <<http://censo2017.inei.gob.pe/resultados-definitivos-de-los-censos-nacionales-2017/>>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA -IPEA. Atlas da Violência no Brasil 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>.

KAWAHALA, Edelu; SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Por uma psicologia social antirracista: contribuições de Frantz Fanon. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 408-410, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000200023&lng=en&nrm=iso>.

LEMOS Flávia Cristina Silveira et al. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei, v. 12, n. 1, p. 164-176, abr. 2017. Disponível em <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/1912>.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; COLLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 15, n. 3, p. 118-133, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300009&lng=pt&nrm=iso>.

PEREIRA, Amilcar Araujo. BLACK LIVES MATTER NOS CURRÍ-

CULOS? IMPRENSA NEGRA E ANTIRRACISMO EM PERSPECTIVA TRANSNACIONAL. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 49, n. 172, p. 122-143, jun. 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000200122&lng=en&nrm=iso>.

RAMOS, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957. p.216.

ROLDÃO, Cristina. Fatores e Perfis de Sucesso Escolar “Inesperado” Trajetos de Contratendência de Jovens das Classes Populares e de Origem Africana. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jun. 2003.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100010&lng=en&nrm=iso>.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 32, n. spe, p. 166-175, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893201200050012&lng=en&nrm=iso>.

SAWAIA, Bader Burihan, ALBUQUERQUE, Renan.; BUSARELLO, Flávia. R.. Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018. p.370.

SAWAIA, Bader Burihan. Fome de felicidade e liberdade. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC (Org.). Muitos lugares para aprender. p.55-63. São Paulo: CENPEC/ Fundação Itaú Social/ Unicef, 2003.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso>

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA Bader. B. Sawaia (Org.). As artimanhas da exclusão uma análise ético-psicosocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006 .p. 97-118.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=en&nrm=iso>.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Racismo institucional: pontos para reflexão. *Laplage em Revista*, [S.l.], v. 3, n. 1, p. p.127-136, abr. 2017. ISSN 2446-6220. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/223>>

SILVA, Marcos Antonio Batista da; SAWAIA, Bader Burihan. Influência familiar e a mobilidade educacional de pós-graduandos negros. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, [S.l.], v. 18, n. 3, p. e-2150, out. 2018. Disponível em: <<https://atheneadigital.net/article/view/v18-n3-silva-sawaia>>

SOUZA NETO, João Clemente de. Crianças e adolescentes afrodescendentes e o sistema de proteção integral. *Laplage em Revista*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. p.122-135, out. 2016. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/199>>.

SOUZA, Raquel. Guia Tô no Rumo- Jovens e escolha profissional – Subsídios para educadores. São Paulo: Ação Educativa, 2014. p.132p.

SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; SILVA, Fernanda Arantes e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, e170308, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100430&lng=en&nrm=iso>.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 256-262, dez. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600256&lng=pt&nrm=iso>.

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes. 2001.p.576.

VIGOTSKY, Lev Semyonovich. A formação social da mente. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996. p.224.

Laís Biasoli Moler

Doutora e mestra em Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pesquisadora do NEXIN e do NUTAS. Atualmente, trabalha com Psicologia Clínica. Contato: lais.moler@gmail.com.

Lívia Maria Camilo dos Santos

Doutoranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo com período sanduíche na Universidade de Lisboa (2018-2019). Mestre em Psicologia Social pela PUC SP (2015). Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, 2008). E-mail:limac62@hotmail.com

Marcos Antonio Batista da Silva

Psicólogo. Mestre em Psicologia Educacional e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Integrante do projeto “Politics - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas” (Projeto: 725402 - Politics - ERC-2016-COG). Tem pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais, no tema das relações étnico-raciais (raça, racismo e antirracismo) e juventude. Em recentes publicações, têm discutido sobre educação e antirracismo no contexto do ensino superior e currículo, com foco nos estudos das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira. Contato: marcosilva@ces.uc.pt

Margarida Barreto

Médica. Doutora em Psicologia Social – Departamento de Psicologia Social, PUC/SP. Pesquisadora do Nexin. Diretora da ABRASTT – Associação Brasileira da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Coordenadora da Rede Nacional de Combate ao Assédio Laboral e outras manifestações de Violência no Trabalho. Contato: megbarreto2016@gmail.com

María Andrea Araya Carvajal

Licenciada en Psicología y egresada de la Maestría en Historia Contemporánea de América Latina de la Universidad de